

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1792279 - SP (2019/0011402-8)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

**ADVOGADOS : NELSON LUIZ NOUVEL ALESSIO - SP061713
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES
PEREIRA E OUTRO(S) - SP344647
ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS - RJ0155170
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - SP398091**

AGRAVADO : OSIRES GOTARDO

AGRAVADO : CARLOS BENTO DA APARECIDA

AGRAVADO : JOAO DONIZETTE MARTINS

AGRAVADO : BENEDITO ALVES BATISTA FILHO

**ADVOGADOS : FÁBIO ROBERTO PIOZZI - SP167526
CASSIA MARTUCCI MELILLO BERTOZO -
SP211735
GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO E OUTRO(S)
- SP206949
EDSON RICARDO PONTES - SP179738
ULIANE RODRIGUES MILANESI DE MAGALHÃES
CHAVES - SP184512
LARISSA BORETTI MORESSI - SP188752**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO. LEGITIMIDADE PASSIVA E COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A tese recursal de legitimidade da Caixa Econômica Federal e da competência da Justiça Federal não foi objeto de debate pela Corte de origem, sequer de modo implícito, carecendo o tema do imprescindível prequestionamento. Incidência da Súmula nº 282/STF.
3. Na hipótese, os magistrados de origem reconheceram a natureza progressiva dos vícios do imóvel, exigindo o reconhecimento da prescrição da pretensão indenizatória o reexame do contexto fático-probatório, procedimento inadmissível em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

